



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Declaração Política

(A reforma da autonomia)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Está novamente na ordem do dia a reforma do sistema autonómico. O Presidente do PS/Açores convidou as restantes lideranças dos partidos com representação parlamentar para a realização de reuniões que têm como propósito a "consensualização da reforma da Autonomia". Trata-se de uma discussão que, com maior ou menor intensidade, todos os partidos representados nesta Câmara, já tinham iniciado no âmbito da elaboração das suas próprias propostas programáticas.

O diálogo é insubstituível no processo democrático. Neste caso não só é insubstituível como é ineludível, uma vez que o processo exigirá, aqui e ali, maiorias qualificadas no âmbito de hipotéticas alterações à Constituição da República Portuguesa, ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e à legislação eleitoral da Região.

Vejo, no entanto, dois problemas no âmbito do processo de diálogo que agora se inicia. Já toda a gente sabe o que pensam e o que propõem, no âmbito da reforma autonómica, o PSD, o CDS-PP e o PPM. Arrisco-me a dizer que conheço também os propósitos, pelo menos na área social, do que propõem o PCP e o BE.

No caso do PS/Açores, esta questão não é líquida. Ainda não se sabe se o que o Presidente do PS/Açores pensa e propõe, no âmbito da reforma política da autonomia - candidaturas subscritas por listas de cidadãos independentes; consagração de um sistema de listas abertas; criação de governos de ilha e a natureza da solução institucional que substituirá o Representante da República - corresponde ao que pensa e propõe o PS/Açores.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Esta questão é muito relevante para o PPM. Eu tenho que ter a certeza que estou a dialogar e estabelecer compromissos com um responsável político que está efetivamente mandatado para assumir compromissos objetivos nesta área. De outra forma fico numa clara e inaceitável situação de desvantagem política. Eu e o meu partido assumimos compromissos claros e o PS/Açores refugia-se numa ampla e diversificada pintura cromática de propostas e opiniões.

O que lhe peço, Sr. Presidente, é que, até março – que é a data do Congresso do PS/Açores – o PS defina claramente as suas propostas. De outra forma não é possível dialogar em condições de igualdade. Qualquer partido que abdique de alguma das suas posições iniciais estará a ser derrotado, no plano negocial, por um PS/Açores que ganhará em tudo o que conseguir consensualizar, sendo que não perderá em nenhuma área, uma vez que não tem uma posição definida a respeito de qualquer destas matérias. Não pode ser!

A segunda dificuldade deste processo negocial parece-me óbvia. Não interessa a nenhum partido da oposição, mas interessa a quem exerce o poder, abdicar de apresentar um projeto político alternativo no âmbito do processo autonómico. São as diferenças programáticas que, em última instância, definem as opções diferenciadas do eleitorado. Abdicar das diferenças de projeto significará, assim, cometer um autêntico haraquíri político para a oposição.

Neste sentido, a negociação deve incidir sobre um conjunto restrito de matérias e não deve ambicionar uma solução global fechada em relação a todos os assuntos. O ideal é que as áreas consensualizadas integrem, com a mesma redação, os programas dos partidos políticos que conseguirem chegar a acordo, mas que exista liberdade total de propositura – sem recriminações e acusações de qualquer espécie – em todas as áreas da reforma autonómica em que os diversos partidos optem por apresentar projetos diferenciados. O pluralismo e a capacidade de consenso devem prevalecer, em simultâneo, neste processo de diálogo.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Na parte final deste discurso, depois de me ter pronunciado sobre as questões metodológicas e de princípio sobre o processo negocial da reforma da autonomia, quero voltar a sinalizar uma questão que considero muito relevante para o avanço do processo autonómico: a questão identitária.

O PPM tem apresentado um grande número de propostas nesta área:

- Orientações curriculares e metodológicas a adotar no âmbito do processo de implementação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores;
- Proteção, dignificação e divulgação dos falares açorianos;
- Pedido de admissão dos Açores, na qualidade de membro associado, à Organização Mundial do Turismo;
- Pedido de admissão dos Açores como membro associado da UNESCO;
- Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A, de 24 de junho, que estabelece os princípios orientadores de organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional;
- Criação de um Domínio de Primeiro Nível para a Região Autónoma dos Açores;
- Criação de seleções desportivas açorianas;
- Recomenda ao Governo Regional que promova o estudo, de natureza interdisciplinar e com recurso à recolha de material que permita estabelecer a sua datação, dos achados arqueológicos realizados recentemente na Grotta do Medo, no Monte Brasil e na Ilha do Corvo;
- Criação do Museu da Ilha do Corvo;
- Atlas do Património Imaterial dos Açores.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A mais relevante e decisiva para o futuro é o ensino da História dos Açores. O ensino da História dos Açores permitirá aprofundar a consciência autonómica do conjunto do nosso Povo e alargar a base de apoio popular ao projeto autonómico. Concebo o ensino da História dos Açores como um instrumento de propaganda benigna da necessidade, das raízes, da justiça e das vantagens do autogoverno dos Açores.

Não o fazer significa circunscrever o processo autonómico a uma elite política e cultural, que cada vez enfrenta maiores dificuldades para mobilizar o conjunto da sociedade açoriana. Está à frente dos olhos de todos a fraquíssima adesão que o Povo crescentemente revela nas diversas celebrações autonómicas oficiais. Só lá estão as entidades oficiais, os políticos e os jornalistas. Falta o povo.

É por isso que, nestes últimos meses de mandato, regresso ao tema com duas derradeiras iniciativas parlamentares. Estou absolutamente convencido que tenho razão. Espero, sinceramente, que seja possível consagrar o ensino da História dos Açores nas nossas escolas. É fundamental. É decisivo.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 13 de janeiro de 2016

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão